

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos
A PROPÓSITO DE MINHA GRAMÁTICA HISTÓRICA³

Ismael de Lima Coutinho

No 5º número (1954) do *Jornal de Filologia*, de que é diretor, analisou o Prof. Silveira Bueno⁴ os meus *Pontos de Gramática Histórica*, discordando, em muitos lugares, da doutrina que lá exponho.

Manteve-se S. Ex^a dentro das normas da mais rigorosa urbanidade. Criticou-me, é verdade, mas com elevação, sem as demasias de linguagem e os ataques habituais, que revelam no crítico antes o propósito malsão de atingir a pessoa do autor, que o de corrigir os senões porventura encontrados em sua obra.

Não disponho de muito vagar para dar resposta a todos os seus reparos, o que me demandaria muito tempo. Todavia, passarei em revista os principais, com o objetivo de justificar o que lá escrevi e que lhe mereceu censura.

Começou por afirmar que “A origem da linguagem excede as atribuições da glotologia”, e cita, para corroborar o que diz, o caso da “Société Linguistique” de Paris, que proíbe aos seus membros tratar de questões relativas à origem da linguagem, por ser “problema tão insolúvel como o da origem da humanidade”, no dizer de Marouzeau.

Esqueceu-se, entretanto, de dizer que essa proibição não agradou a todos os linguistas. Jerpersen, por exemplo, não só não a justifica, mas até, de certo modo, a censura. Acha que os estudos sobre a origem da linguagem, para terem caráter científico, não devem estar confiados a diletantes:

Section 2 of the statutes of tnhе Society expressly states that “La Société n’admet aucune communication concernant, soit l’origine du langage, soit la création d’une langue universelle” – both of them questions which, *as they can be treated in a scientific spirit, should not be left exclusively to dilettanti.* (*Language; its nature, development and origin*, London, 1933, p. 96).

Contra ela também se manifesta Wilbur Marshall Urban, profes-

³ Transcrito da *Revista Brasileira de Filologia*. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, volume I, tomo 1, de junho de 1955, p. 27-51. Separata incluída no espólio do autor, preservado por Rosalvo do Valle.

⁴ Guardamos uma oportunidade para publicar, em outro número desta revista, a interessante resenha crítica de Silveira Bueno.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

sor da Universidade de Yale, *doublé* de filósofo e linguista, embora reconheça que a “Société Linguistique” agiu com sensatez dentro da orientação positivista que imprime aos seus estudos:

Todo esto suena bien, y sin duda la Sociedad procedía con sensatez, desde su punto de vista positivista, al prohibir tales especulaciones. Pero el hecho real es que esas teorías importan muchísimo y en realidad no pueden proscribirse. El filólogo difícilmente puede eludir algunas “hipótesis de trabajo” acerca del origen del lenguaje.” (*Lenguaje y Realidad*, trad. esp. México, 1952, p. 64).

A origem da linguagem se situa numa época remotíssima, de que não possuímos os mais leves indícios. Deverão ter decorrido muitos séculos, antes que o homem pudesse falar. O método positivista, implantado pela escola dos neogramáticos, não poderia ser aplicado aí com a desejada eficácia, por isso os mestres franceses tomaram a medida, pouco democrática aliás, de impedir, nas sessões daquela Sociedade, qualquer comunicação relativa ao assunto. Terá sido científica a sua atitude?

A verdade é que há interessantes pesquisas nesse sentido, baseadas em observações sobre a natureza da língua e devidas principalmente aos linguistas, como reconhece o filólogo italiano Pagliaro: “sebbene alcune di esse siano fondate su osservazione assai acuta della natura della lingua...” (*Sommario di Linguistica Arioeuropea*, fasc. I, Roma, 1930, p. 81).

Como quer que seja, se há autores que pensam como os conspícuos membros da “Société”, forçoso é reconhecer que outros pensam de modo contrário, atribuindo à glotologia precisamente a tarefa de investigar a origem e o desenvolvimento da linguagem. A existência dessas duas correntes é assinalada por Carlo Tagliavini:

Un alto scopo della linguistica é *quello di intendere l'origine* e lo sviluppo del linguaggio, per quanto il problema dell'origine del linguaggio, *che per alcuni é lo scopo supremo della glottologia*, transcenda, secondo altri, dai limiti della linguistica per entrare nel campo proprio alla filosofia. (*Introduzione alla Glottologia*, 4. ed. Bologna, 1950, p. 9-10).

Convém, todavia, frisar que não dei como objeto da glotologia apenas o que mereceu a censura de meu distinto crítico, porquanto, linhas adiante, acrescento: “Assim, é privativo desta ciência o estudo dos sons da voz humana,... do seu desenvolvimento sucessivo (refiro-me à linguagem), dos fenômenos geais que as línguas apresentam, da classificação das línguas etc.” (*Pontos de Gramática Histórica*, 3. ed. Rio de Janeiro, 1954, p. 4).

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

Ninguém poderá negar grande autoridade em linguística a Trombetti, em cuja obra – *Elementi de Glottologia* – se nota, no julgamento de Vendryes, “Une érudition linguistique quasi universelle”. (*Le Langage*, Paris, 1951, p. 438). Pois é justamente o erudito mestre italiano quem diz ser o escopo científico da glotologia “intendere l’origien e lo sviluppo de linguaggio e... determinare le reciproche relaaZIONI di parentela delle varie lingue. Chi si dedica a tale studio chiamansi *glottologo*.” (*Introduzione agli Elementi di Glottologia*, Bologna, 1922, p. 1).

Outro mestre italiano, Benedetto Croce⁵, insuspeito porque não é linguista, afirma que é a glotologia “che indaga la genesi dei segni fonici coi quali l’uomo nei vari tempi e luoghi esprime i suoi visogni de ogni sorta e comunica a sè medesimo (parlando tra sè e sè) e agli altri uomini... quel che gli incontra o che vuole.” (*Quaderni della Critica*, XI, 1948, p. 124).

Ponhamos de lado qualquer ideia preconcebida sobre o assunto. Será que o filósofo estará mais capacitado que o linguista a fazer pesquisas nesse terreno? Tenho para mim que não. Tais pesquisas requerem conhecimentos especializados que o filósofo está longe de possuir. Só o linguista, em verdade, poderá dispor, nas suas indagações, dos vastos recursos que lhe ministra a glotologia e as ciências auxiliares.

Não é, por conseguinte, o filósofo, mas o glotólogo, a quem cabe fazer tais investigações. Nem outra coisa foram os mestres do passado que mais se ilustraram nessas pesquisas, entre os quais é lícito citar um Grimm, um Whitney, um Max Müller, um Steinthal etc. Não está S. Ex^a de acordo comigo?

Discorda o Prof. Silveira Bueno do que digo sobre filologia: “Não estamos tão pouco de acordo em que a filologia seja o estudo da literatura de um povo... nem de (sic) que vise à parte artística da linguagem...”

Reclamo aqui de S. Ex^a não ter reproduzido integralmente o meu pensamento. Citou coisas que escrevi, é fato, mas esparsamente. De retalhos de conceitos, nem sempre é possível recompor o pensamento geral e fiel de um autor. O que eu disse foi: “Filologia é a ciência que estuda a literatura de um povo ou de uma época e a língua que lhe serviu de instrumento”. (*Pontos de Gramática Histórica*. 3. ed. Rio de Janeiro, 1954, p. 7).

⁵ Citado também por Carlo Tagliavini, *Opus laudat.*, p. 10.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

Confesso que a discordância do Prof. Silveira Bueno, neste passo, me deixa mais surpreso que em qualquer outro. Só posso justificá-la, admitindo uma dupla personalidade em S. Ex^a: a do *crítico* e a do *professor*. O crítico nega que a filologia se ocupe de literatura ou que vise à parte artística da linguagem. O professor, ao contrário, não só aceita essa tese, mas ainda sobre ela discorre admiravelmente, convicto que está de sua verdade.

Não me posso furtar ao prazer de colocar sob os olhos do leitor o que escreveu o ilustre professor paulista sobre o assunto:

Dirige-se a filologia à interpretação do pensamento literário do passado e como tal pensamento se encontra em documentos escritos, estes são o campo especial do trabalho filológico. Onde não houver *documentos literários, escritos, não haverá filologia* (o grifo é meu). As imperfeitas relíquias de certos povos, deixadas em pedra, em tabletes, ou muros de templos, colunas de monumentos, não pertencem ao domínio filológico, propriamente dito, mas à epigrafia, à linguística. Preocupa-se o filólogo, exclusivamente, com os *documentos literários*, produtos de civilização e onde termina esta, termina aquele o seu trabalho; onde não existe documento escrito, nem civilização, não existe tampouco filologia. (*Estudos de Filologia Portuguesa*, 2. ed. São Paulo, 1954, vol. I, p. 20-21)

O leitor, que leu com atenção o que escreveu o mestre paulista, há de convir comigo que não há divergência entre mim e S. Ex^a. Estamos de pleno acordo. Ainda bem. É verdade que não fala o Prof. Silveira Bueno na palavra literatura, mas o que diz vem a dar no mesmo. Que são, em suma, aqueles “documentos literários”, senão materiais pertencentes à literatura? Quem pode estudar literatura, sem esses materiais? Não é a literatura, com efeito, que estuda as produções literárias de um povo, em sentido amplo? E quem diz “literárias” não quer também dizer “artísticas?”

A minha definição, como se vê, se desagrada à personalidade do crítico, satisfaz à do professor, o que é para mim motivo de maior contentamento. Num ponto, entretanto, estou em divergência, ao mesmo tempo, com o crítico e com o professor: é que S. Ex^a desposa a opinião de que a filologia se serve dos textos como meio para conhecer a civilização de um povo, e eu tenho para mim que a sua tarefa não vai além dos textos. A civilização constitui o objeto formal de outra ciência – a história da civilização – que se pode valer do auxílio da filologia, não há negar, mas que não se confunde com ela.

Já vai longe o tempo em que Gercke proclamava não existir distinção entre a filologia e a história:

En realidade no existe ni puede existir tal división: Filología es Historia, e

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

Historia es Filología. Es una sola ciencia, en su objeto y en sus métodos, que tan sólo puede, de momento, dividirse en la práctica, que para nada afecta a su esencia. (*Apud* Wilhelm Kroll, *Historia de la Filología Clásica*, 2. ed. Barcelona: Labor, 1941, p. 8).

O conceito de filologia não tem hoje a elasticidade que lhe quer dar S. Ex^ª. Falo da filologia tomada no sentido próprio ou estrito. À proporção que uma ciência progride, desenvolvem-se dentro dela ramos especiais, que se destacam por sua vez, constituindo-se em ciências à parte. Acontece com ela o que se verificou, no passado, com a filosofia, que foi uma espécie de ciência universal. Estudando a língua e a literatura de um povo, a filologia se ocupa do estilo próprio de cada fase literária, chegando mesmo ao estudo dos processos estilísticos peculiares a um autor. Não é possível ao filólogo estabelecer a época de um texto ou a autoria de uma obra sem isso. A estilística, como a métrica, tornam-se ciências auxiliares da filologia. Não tem, pois, razão o meu crítico, quando diz que “A determinação dos textos, o estabelecimento da sua genuinidade nada tem que ver com a estética da linguagem.”

Ao filólogo é que, sobretudo, compete, na opinião de Inama “il giudizio sulla lingua e lo stile, sulla composizione, sugli intendimenti delle opere degli scrittori di una letteratura, a lui il rilevare. l'apprezzare tutto ciò che costituisce o può costituire una vera opera d'arte.” (*Filologia Classica Greca e Latina*, 2. ed. Milano: Hoepli, 1911, p. 21).

Julga o meu crítico que “É necessário precisar o sentido do grego dado como língua morta...: será o clássico, porque a Grécia, Chipre, Rodes e numerosas outras ilhas continuam falando grego, o tipo moderno.”

Não vejo tal necessidade. Já me explico. Na página anterior àque-la que citou o Prof. Silveira Bueno, havia eu dito, tratando das línguas indo-europeias, que o grego se dividia em *antigo* e *moderno*. A seguir, dou como exemplo de língua morta o grego. Poderá acaso alguém ficar em dúvida sobre a espécie de grego a que me refiro? Não se conclui logicamente que é o antigo? Para que, pois, precisar? É supor muito pouco da capacidade intelectual do leitor.

Não aceita o Prof. Silveira Bueno a definição que dou de latim vulgar:

Discordamos completamente do que diz do latim vulgar “falado pelas classes inferiores da sociedade romana etc.” Confunde latim vulgar com o rústico. Está em contradição com o que escreveu na p. 19, citando Cícero. Se este empregava, nas cartas, o vulgar, não podia ser aquele vulgar das “classes inferiores da sociedade romana”.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

Não confundi, como pensa S. Ex^a, “latim vulgar” com o “rústico”. O mestre paulista é que confunde alhos com bugalhos. “Latim rústico”, para falar com propriedade, é o latim das populações do Lácio, que habitavam os campos circunvizinhos de Roma. É assim que os gramáticos romanos denominavam a linguagem daquelas populações, opondo a “rusticitas” (fala do campo) e a “peregrinitas” (fala do estrangeiro) à “urbanitas” (fala da cidade). A essa duplicidade de aspectos do latim – *sermo urbanus* e *sermo rusticus* – se refere Cícero: “sermo omnis utitur non modo *urbanorum*, se etiam *rusticorum*...” (*Orator*. Paris: Les Belles Lettres, 1921, cap. XXIV, p. 32)

Ouçamos o que diz o Prof. Serafim da Silva Neto sobre a linguagem rústica: “O linguajar dos matutos, dos camponeses convizinhos à cidade era denominado *sermo rusticus, rusticitas*”. (*Fontes do Latim Vulgar*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1946, p. 37).

Vale a pena chamar a debate, nesse ponto, também Marouzeau, porque se trata de matéria de sua especialidade, o latim:

Parmi les accents étrangers, ce son les plus proches de la ville qui sont les plus pernecieux, et la prononciation qui choque le plus les Latins de Rome, c'est celle des Latins de la campagne; parler rustique c'est parler barbare: “quod nunc... barbare quem loqui dicimus, id uitium sermonis non barbarum esse, sed rusticum, et cum eo uitio loquentes rustice loqui dicitabant.” (*Gell.*, XIII, 6). (*Traité de Stylistique*. Paris: Les Belles Lettres, 1935, p. 4-5).

A seguir, enumera vários fatos fonéticos, peculiares ao “latim rústico”. Aliás, a própria origem de *rusticus*, derivado de *rus* (campo), está a indicar o sentido da palavra, assim definida por Forcellini: “ad rus et agros pertinens, agrestis, villaticus, cui *urbanus* opponitur...” (*Lexicon Totius Latinitatis*. Patavii, 1940, t. IV, p. 177).

Muito se tem discutido sobre o conceito de “latim vulgar”. Concorde a maioria dos autores em que a expressão é imprópria e, por isso, tenta substituí-la por outras, nem sempre mais precisas, como “latim falado”, “latim corrente”, “latim comum” etc. O “latim falado” abrangia a linguagem de todas as classes sociais, desde o modo de expressar do homem inculto até o “sermo cotidianus”, ou seja, a linguagem coloquial das classes médias e das famílias aristocráticas. Tudo estava nele compreendido.

É neste sentido que se deve entender a confissão de Cícero de haver empregado, em suas cartas, a língua vulgar. Certamente se referia à linguagem coloquial. Por isso, não há a contradição assinalada pelo meu

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

crítico entre a citação que faço e o que escrevo na página 19. Invoco, é certo, o testemunho do grande orador romano, mas apenas para documentar a existência dos dois aspectos do latim: o *clássico* e o *vulgar*. No parágrafo seguinte, é que dou o conceito de “latim vulgar”. Basta comparar o que digo na página 20 com a nota do rodapé, em que cito a opinião do Prof. Serafim da Silva Neto, para concluir-se que tomo aí a expressão “latim vulgar” em sentido estrito.

Se o “*sermo vulgaris*” é a fala das classes médias, tomada a expressão *stricto sensu*, como admitir então que nele estivesse compreendida a linguagem das inscrições privadas, que constituem a maior fonte para o conhecimento dessa modalidade do latim? Porventura a classe média se exprimia na língua das inscrições que encontramos, por exemplo, nos muros de Pompeia? De duas, uma: ou a língua dessas inscrições não era o “latim vulgar”, ou este não pode ser considerado a fala das classes médias. Não há para onde fugir. A quem quer que estude a história da sociedade romana não passará despercebido que as classes inferiores formavam a maioria dos falantes. A língua dessas classes é que, por conseguinte, cabe a denominação de “latim vulgar”.

Ademais, não é possível aceitar a tese de que os legionários, colonos, mercadores etc., que levaram o latim para as terras conquistadas, se exprimissem na linguagem das classes médias. É que não se formara, no seio do Lácio, uma cultura sedimentada e intensa, de que participassem todas as camadas sociais, sem exclusão das mais humildes.

Nos *Pontos de Gramática Histórica*, assinalei apenas as modalidades extremas do latim: a *clássica* e a *vulgar*. Não falei do “latim coloquial”, porque não interessava ao meu intento. O que as línguas neolatinas lhe devem teve como intermediário o “*sermo vulgaris*”. A necessidade dessa tripartição é, no entanto, reconhecida por todos os linguistas que se ocupam do latim. Ninguém se convencerá jamais de que a expressão “latim vulgar” possa aplicar-se, ao mesmo tempo, ao falar do círculo seleto dos Cípiões ou de Cícero e à algaravia dos frequentadores das tascas mal afamadas da Suburra. É, por isso, que eles proclamam a necessidade da divisão em *sermo urbanus* (latim literário), *sermo cotidianus* (latim coloquial) e *sermo vulgaris* (latim vulgar, isto é, das classes inferiores do povo).

Por ocasião do “Primeiro Congresso da Federação Internacional das Associações de Estudos Clássicos”, realizado em Paris, no ano de 1950, assim se externou, em uma de suas reuniões, M. L. W. Nelson, de-

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

legado da Associação Clássica dos Países Baixos:

Cependant, quelle que soit la terminologi dont nous nous servirons, il sera nécessaire à mon avis de distinguer ce qui est véritablement *latin vulgaire* (au sens étroit du mot) – c’est-à-dire *le langage de l’homme illettré, appartenant aux classes inférieures* (o grifo é meu) – de ce que les Allemands appellent “Umgangssprache”, *langue usuelle* ou *langue de conversation*. J’entends par là la langue dont se sert aussi l’homme cultivé dans la vie de tous les jours. (*Actes du Premier Congrès de la Fédération Internationale des Associations d’Etudes Classiques*, Paris, 1951, p. 221).

Chamo a atenção de meu crítico para o fato de ele definir “latim vulgar” como a língua do homem iletrado das classes inferiores da sociedade.

Depois de assinalar a diferença entre o latim literário e o coloquial ou familiar, tratam Stolz-Leumann da “Vulgärsprache”, que definem como a fala das classes sociais humildes:

Vulgärsprache kann danach nur eine weitere Abstufung nach unten sein in dem Sinne, dass wir darin die Sprache *der unterem, aus der Zucht der Schule* und den Vorbildern der Literatur längst entwöhnten oder von ihnen doch denkbar wenig beeinflusste *Schichten zu sehen haben*. (*Lateinische Grammatik*, fünft Auflag., Münche, 1928, p. 10)

Não é de outro modo que se expressam, a este respeito, Hofmann-Rubenbauer. Para eles, o *Vulgärlatein* é a fala das baixas classes sociais, em oposição à *Umgangssprache*, que é a dos círculos médios e cultos: “Umgangssprache = Sprache des Umgangs der Gebildeten. Gegens. Volkssprache (Vulgärlatein) = *Sprache des niederen Volkes*. (*Wörterbuch der Grammatischen und Metrischen Terminologie*, Heidelberg, 1950, p. 62).

No mesmo sentido, é que entende a expressão “latim vulgar” outro eminente latinista, Max Niedermann: “O latim vulgar (Vulgärlatein) é a fala diária da maior parte da população, *elementos esses que compunham a camada social inferior*.” (*Apud* Serafim da Silva Neto, *Fontes do Latim Vulgar*. Rio de Janeiro, 1946, p. 37).

Como fala da gente inculca, é que também a conceitua Bögel: “Ihr gegenüber steht als die Sprache der Unliterarischen das *Vulgärlatein*.” (*Apud* Einar Löfstedt, *Syntactica*, zweit. Teil, Lund, 1933, p. 355).

Reconhece Manuel C. Diaz y Diaz, na “Advertencia preliminar” que após à edição de sua coleção de textos do “sermo vulgaris”, que é costume interpretar-se essa expressão como a fala das camadas inferiores: “suele ocurrir que el Latin Vulgar, con su nombre equívoco, se inter-

preta como el habla de las clases inferiores de la sociedad romana.” (*Antología del Latín Vulgar*. Madrid: Gredos, 1950, p. 11).

Em perfeita harmonia com estes autores está finalmente G. Bonfante, o mesmo Bonfante, citado pelo meu crítico mais adiante, a propósito dos vulgarismos de Horácio. Com efeito, no resumo que antepôs, como nota explicativa de seu trabalho, acha-se consubstanciado o seu conceito de “latim vulgar”: “L’étude de la langue d’Horace nous découvre l’existence à Rome à côté de la langue des Cicérons et des Césars, d’une autre langue latine, la langue “vulgaire”, la langue de la plèbe et des esclaves...” (*Emerita*, Madrid, t. V, sem. 1º, 1937, p. 17)

Julgo que não preciso citar mais autores. Bastam os que aqui arrollo em apoio de minha opinião, para me convencer de que estou no caminho certo. Assim, não vejo motivo para me corrigir ou, como quer o meu crítico, refundir o capítulo sobre o “latim vulgar”, uma vez que, repito, tomo a expressão em sentido estrito.

Tratando de latim, quero protestar contra o fato de S. Ex^a empresarme um pensamento que não é meu. É o seguinte: “A classe média não era a classe inferior, como diz Coutinho.”

Em nenhum passo de meus *Pontos*, afirmei jamais que a classe média era a inferior, porque não é possível identificar uma coisa com a outra. Classe média é classe média, inferior é inferior. Uma não é sinônima da outra. Qualquer aluno saberá distinguir o sentido das duas expressões. Não é preciso ser grande conhecedor da língua. Assim, não andou bem S. Ex^a ao atribuir-me a autoria de uma frase que não me pertence. Contra isso é que levanto o meu solene protesto. Já não são poucos os enganos que me irroga!...

Diz o meu crítico, falando desta feita do “latim cristão”: “A tese hoje defendida é a de que o latim cristão foi a causa imediata e decisiva da formação das línguas românicas e não somente o latim vulgar”.

O simples fato da defesa de uma tese por alguém não é motivo bastante para que a aceitemos como certa. Tem-se defendido por aí tanta coisa... errada! O que importa, antes de tudo, é saber se ela é verdadeira e se houve aceitação da novidade por parte dos linguistas. Isto é o que cumpria ao meu crítico esclarecer. Teria havido efetivamente um “latim cristão”, com marcas individuais próprias, que o extremassem do latim vulgar? Ou, para usar as palavras de um propugnador da tese em apreço, será que esse idioma dos cristãos, foi, na verdade, “um fenômeno autô-

nomo no quadro da evolução do latim geral”?

Sustentaram essa hipótese, que eu saiba, dois conhecidos latinistas: Jos, Schrijnen, professor na Universidade de Nimega, e sua discípula Christine Mohrmann. As ideias que esta desenvolveu sobre a existência de um “latim cristão” acham-se expostas na conferência que fez no Instituto de Linguística da Universidade de Paris, a 5 de maio de 1951, sob o título *L’Étude de la Latinité Chrétienne*, em que nos põe ao corrente do estado da questão, fala nos métodos empregados e em seus resultados⁶.

Os argumentos, com que os dois citados autores defendem a tese da existência desse latim, justificam-se, segundo eles, pela necessidade que tiveram os cristãos de criar novas formas de expressão, que correspondessem à mudança operada na sociedade antiga, com o advento da nova doutrina. O cristianismo trouxera consigo uma verdadeira revolução espiritual, que se refletiu em todos os setores da vida pública e privada romana. É que com ele surgiram novos ideais, outros hábitos, outra mentalidade, outra cultura. Para traduzir esse novo estado de coisas, imposto pela nova religião, é que apareceu o “latim cristão”.

A tese em si é bastante sedutora, não há negar. Mas será verdadeira? É o que cumpre examinar.

Os primeiros e mais fervorosos adeptos da doutrina cristã, em Roma, pertenciam às classes humildes da sociedade, em geral gente da gleba ou escravos, que outra fala não conheciam senão o latim vulgar. Foi, por conseguinte, esse latim que serviu de veículo à propagação das verdades cristãs.

Forçoso é, entretanto, reconhecer que o vocabulário latino não podia, de modo nenhum, satisfazer a todas as necessidades do cristianismo e que se impunha a criação de novas palavras e novos meios de expressar as ideias e os pensamentos. Tudo isso é incontestável. Mas que concluir daí? Que a terminologia religiosa e os novos recursos de expres-

⁶ Outros trabalhos da mesma autora, relativos ao assunto: *Altchristliches Latein, Entstehung und Entwicklung der Theorie der altchristlichen Sondersprache*, *Aevum*, 13, 1939, p. 339 e segs.; *Quelques traits caractéristiques du latin des chrétiens*, *Miscellanea G. Mercati*, vol. I, p. 437 e segs.; *Le latin commun et le latin des chrétiens*, *Vigiliae Christianae*, 1, 1947, p. 1 e segs.; *La langue et le style de la poésie latine chrétienne*, *Revue des Etudes Latines*, 25, 1947, p. 280 e segs.; *Les éléments vulgaires du latin des chrétiens*, *Vigiliae Christianae*, 2, 1948, p. 89 e segs. e 163 e segs.; *Les origines de la latinité chrétienne à Rome*, *Ibid.*, 3, 1949, p. 67 e segs. e 163 e segs.; *Le latin, langue de la chrétienté occidentale*, *Aevum*, 24, 1950, p. 133 e segs.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

são tenham alterado tão profundamente a fisionomia do latim vulgar que determinassem o aparecimento de uma nova língua ou uma nova modalidade do latim? É o que me custa admitir.

O que se verificou com o latim, em relação ao cristianismo, é o que se observa, de um modo geral, com a língua de outros povos, quando abraçam uma religião estranha. O vocabulário se enriquece com os novos termos importados ou criados, certas palavras tomam acepções novas, um ou outro fato morfológico e sintático alienígenas se insinuam no organismo do idioma, mas o sistema linguístico não é atingido substancialmente. Foi justamente o que se deu com o latim vulgar, que continuou, apesar de tudo, a ser a língua das populações cristianizadas.

O assunto me levaria a larga explanação que o momento não comporta. Por isso, encerro por aqui as minhas considerações, perfilhando as palavras de Marouzeau, na recensão crítica que fez ao *Charakteristik des altkristlichen Latein* de Schrijnen:

Peu-on véritablement définir comme une langue une l'ensemble des formes de langage qu'on trouve chez Tertullien, chez Aetheria, dans les inscriptions, dans les diverses oeuvres de saint Augustin? Ne suffit-il pas de dire que ces diverses langues présentent des éléments communs, qu'il est intéressant de recueillir, que Mgr Schrijnen nous enseigne à dépister, *mas sans en vouloir faire une langue à part.* (*Revue des Etudes Latines*, Paris, 1932, t. X, p. 241-242).

Não está de acordo comigo o Prof. Silveira Bueno em que “Os escritores (refiro-me aos latinos) punham sempre grande empenho em evitar o emprego de palavras ou expressões da plebe”, e cita o caso dos vulgarismos apontados por G. Bonfante na obra de Horácio, para contradizer o que afirmo.

Creio que o meu digno censor não leu o resto do capítulo, que dedico ao “latim vulgar”, onde se contém aquele conceito, de que diverge. Se o tivesse lido, encontraria a explicação para os vulgarismos que aparecem nas obras literárias. Com efeito, depois de me referir ao cuidado dos literatos latinos em fugir as palavras e expressões plebeias, acrescento:

Com isso, entretanto, não queremos dizer que não se encontrem absolutamente palavras ou expressões do povo em seus trabalhos. Não é possível supor que o *sermo urbanus* em contato permanente com o *vulgaris*, não se deixasse penetrar de certos vulgarismos, como também não se pode negar que a língua do povo contivesse palavras ou expressões pertencentes à língua culta. (*Pontos de Gramática Histórica*, 3. ed. Rio de Janeiro, 1954, p. 21-22)

Uma prova de que S. Ex^a não leu o citado capítulo, ou se o leu, não foi com a devida atenção, é a referência que faz a Plauto. Acaso não

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

está assinalada à pág. 22, como uma das fontes para o conhecimento do “latim vulgar”, a obra dos comediógrafos? Que é Plauto, senão comediógrafo, muito apreciado pela população, precisamente pelo tom popular de suas peças? A comédia, bem como a sátira e a epístola, são gêneros literários, em que a língua popular tem pleno cabimento. Nos outros, são mais raros os vulgarismos: “pour tout le reste des oeuvres littéraires, afirma Erich Auerbach, *on ne tendait pas à imiter le langage parlé de tous les jours, mais au contraire à s’en éloigner.*” (*Introduction aux Etudes de Philologia Romane*, Frankfurt am Main, 1949, p. 43).

Do que aí fica dito se conclui que não estou errado em asseverar o que asseverei. O que digo é, de certo modo, corroborado por Marouzeau: “Les écrivains classiques nous instruisent peu sur la langue vulgaire...” (*Le Latin*, Paris, 1927, p. 222).

Tendo eu escrito, em nota, no rodapé da página 32: “o catalão falado no sul da Espanha e nas ilhas Baleares” – acha S. Ex^a, com toda razão, que deve ser corrigido: “necessita de correção geográfica: a Catalunha, o Aragão, Valência, não estão ao sul, mas ao norte e ao noroeste da Espanha”.

Não tentarei defender o engano, quero apenas justificar-me. Sou o primeiro a reconhecer que errei. Levou-me a esse cochilo a leitura um pouco desatenta do trecho de Meyer-Lübke: “Ce dernier parler (reportase ao catalão) ...transporté en Espagne au VIII^e siècle, pénètre de plus en plus vers le Sud pendant la lutte des rois d’Aragon contre les Arabes”. (*Grammaire de Langues Romanes*, reprint., 1923, t. I, p. 14). Junte-se a isso a circunstância de serem as costas da Catalunha banhadas pelo Mediterrâneo, que está situado ao sul da Europa.

Contesta S. Ex^a o que digo acerca da existência de uma fase linguística entre o latim vulgar e as línguas românicas, e a que denomino de romance: “Esses romances, adverte o Prof. Silveira Bueno, já eram as línguas neolatinas”. E continua, um pouco adiante: “entre os dois termos: latim e língua românica não houve intermediário algum.”

A discordância, segundo me parece, começa aqui pelo nome. É que emprego a palavra *romance* em sentido diferente daquele que consignam os léxicos. Tomo-a em sua acepção etimológica, derivada que é de *romanice*, para significar o latim falado na România, já diversificado do latim de Roma, que continuava, apesar de tudo, a ser a língua padrão.

Nesta acepção, foi que também a empregou Eduardo Carlos Pereira:

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

Ao lado de *romanzo* temos *romance*, que nos adveio da expressão usual na baixa latinidade – *romanice loqui* = *falar romance* ou *romanamente*. Daí veio o advérbio *romance* (*romanice*) a assumir o caráter de substantivo, sinônimo de *romanzo*, designando ambos os termos a língua falada na România, do século terceiro ao século oitavo. (*Revista de Língua Portuguesa*, Rio de Janeiro, 1922, n. 19, p. 148)

Apenas estamos em divergência na fixação da época em que começa o *romance*. Quanto ao fato principal, que é a existência do *romance*, isto é, de uma fase de transição entre o latim vulgar e as línguas românicas, há entre nós perfeita concordância.

Acerca da diferença entre *romanice* e *romance* ou *latine*, assim se manifesta Carlo Tagliavini:

Ma come a *romanus* corrispondeva l'avverbio *romane*, cosi a *romanicus*, rivivicato nell'uso medioevale, venne a corrispondere, l'avvergio *romanice*. E se *romane loqui* equivaleva, nei tempi classici, a *latine loqui* (v. pág. 43), ora que *romanicus* e *romanus* non si corrispondevano più perfettamente, *romanice parabolare* o *fabulare* (*loqui* era ormai voce dotta) significava "parlare come gli abitanti della Románia" cioè non in lingua germanica, ma nella lingua che stava nascendo dall'evoluzione del latino. (*Le Origini delle Lingue Neolatine*, Bologna, 1949, p. 96).

Aliás, a questão da palavra em si pouca importância tem, o que interessa é o fato, negado pelo seu distinto crítico. Vejamos se S. Ex^a tem razão.

Nem sempre é fácil documentar todas as fases de uma língua. Às vezes, o mais que se consegue é fixar os polos extremos em que se coloca, de um lado, a língua originária e, do outro, a que dela surgiu ou se derivou. Mas nem por isso é lícito pensar que uma brotou da outra como a borboleta da crisálida. Há estágios intermédios, de cuja existência não se pode duvidar, e que cumpre ao linguista restabelecer.

O latim, mais ou menos uniforme, que os legionários levaram para as terras conquistadas, depois de algum tempo se transformou, diferentemente segundo as regiões. Formou-se assim um latim ibérico, um latim gaulês, um latim dalmático etc., de que se originaram as línguas românicas diretamente. Disso nos dão sobejas mostras os documentos epigráficos. Se não era mais o latim de Roma que então se falava, a verdade é que também não eram ainda as línguas neolatinas, como aparecem configuradas nos mais antigos documentos. É a esse período de transição que chamo *romance*, quando talvez melhor lhe ficasse a denominação de *românico*, como o designa Meyer-Lübke, para evitar a confusão, uma vez que *romance* passou a significar língua vulgar, em oposição à língua latina.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

Justamente nessa época românica é que se verificam os principais câmbios fonéticos, a criação de certas formas verbais como o futuro e o condicional, a introdução de um grande contingente de vocábulos estranhos, de origem germânica e árabe, que aparecem mais tarde nas várias línguas neolatinas.

A existência de uma fase intermediária entre o latim e as línguas românicas, a partir principalmente do século VI, isto é, logo após o desmoronamento do Império Romano, em que se acentuam as divergências locais, até o fim do século VIII ou começo do IX, impõe-se à consideração de todos os romanistas como um fato real, incontestado. “La façon, diz Meillet, dont le latin s’écrivait à l’époque mérovingienne suffit à montrer que, por l’essentiel, la *substitution de l’état roman à l’état latin ancien* a marché de pair avec la dislocation de l’empire romain”. (*Linguistique Historique et Linguistique Générale*, nouv. tir., Paris, 1938, t. II, p. 73).

Bourciez consagra toda a segunda parte de seus *Eléments de Linguistique Romane* (4^o éd., Paris, 1946) a tratar dessa fase de transição, que ele denomina *Phase Romane Primitive* (p. 131-284). A descrição que dela faz o romanista francês ocupa, como se vê, nada menos de 153 páginas da obra citada. Note-se que a primeira parte é dedicada ao latim e a terceira às línguas neolatinas.

Como deixei evidenciado, não tem razão S. Ex^a para negar a existência desse período de transição. Se lhe resta ainda alguma dúvida, basta compulsar o *Glossarium Mediae et Infimae Latinitatis* de Du Cange, para se convencer de que ela existe de fato, não é invenção minha. Destarte, as línguas românicas não surgiram imediatamente do latim vulgar mais ou menos uniforme, que se expandiu pela România, mas do românico, ou seja, do latim modificado em consequência de sua transplantação para as novas terras, o qual representa, em verdade, a fase intermediária entre o latim vulgar e as línguas neolatinas.

Prosseguindo em sua crítica, diz o Prof. Silveira Bueno que adota a teoria de Wartburg, quando afirmo que certas regiões receberam um latim mais polido que outras, e acrescenta:

Temos o prazer de oferecer ao autor (o autor sou eu), neste fascículo (refere-se ao último número do *Jornal de Filologia*), a tradução do excelente estudo de Robert L. Politzer, da Universidade de Colúmbia, publicado na *Romanic Review*, em que a teoria de von Wartburg é rigorosamente refutada.

Li, com todo o interesse, a tradução a que alude o meu crítico. Li e reli. Com surpresa, confesso que não encontrei lá aquela refutação rigo-

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

rosa de que fala. Ao contrário, o Prof. Robert L. Politzer se limita a uma dúvida prudente acerca do processo de colonização aristocrática, preconizado por Wartburg e aceito por Elisa Richter para a Sardenha:

Embora nos pareça *um tanto duvidoso* que a colonização da Gália, da Espanha e da Sardenha tenha sido aristocrática, devemos admitir que o processo colonizador foi, pelo menos, diferente do adotado na Rumânia onde grande parte da população foi transferida e suplantada pelos legionários de Roma. (*Jornal de Filologia*, São Paulo, 1954, fasc. 5, p. 274)

Prestou o leitor atenção? Onde a refutação rigorosa da tese de Wartburg acerca da colonização aristocrática? Quero crer que o tradutor interprete fielmente o pensamento do autor. Se não interpreta, tanto pior para o meu crítico, que a ele me remeteu. O que Politzer refuta, nesse artigo, é a opinião de Wartburg sobre a conservação do *s* final, que o autor de *Les Origines de Peuples Romains* atribui à colonização culta. Assim, não poderá S. Ex^a valer-se da opinião do mestre da Universidade de Colúmbia para afirmar com ênfase: “Essa divisão de latim democrático e aristocrático, na romanização dos territórios, é insustentável.”

Ao que escreveu sobre o “russo” contravém S. Ex^a: “O russo não tem, como pensa o autor, a unidade proclamada, como não poderia deixar de ser”.

Confesso que não conheço a língua russa e muito menos os falares russos. Não me consta também que S. Ex^a a conheça. Em matéria de “russo” estamos, portanto, no mesmo grau de ignorância. Quando digo que os falares russos oferecem certa semelhança entre si, é claro que não o faço de ciência própria, mas apoiado em opinião alheia. Resta agora saber se merecem fé os autores em que me baseio.

Falando do “grande russo”, língua da maior parte da população da Rússia, assim se externa Meillet: “à part le blanc-russe, à l’ouest, *les parlers du grand-russe sont restés très pareils les uns aux autres.*” (*Introduction à l’Etude Comparative des Langues Indo-Européennes*, 7^o éd., Paris, 1934, p. 75).

A semelhança entre o “grande russo” e o “russo branco” é atestada por Brugmann-Delbrück, dois conhecidos e respeitados especialistas em línguas indo-europeias: “Das Russische, seit dem 11. Jahrh. bekannt, zerlegt sich in Grossrussisch. Weissrussisch und Kleinrussisch, *von denen die beiden ersteren einander näher stehen.*” (*Vergleichende Grammatik der indogermanischen Sprachen, Einleitung und Lautlehre*, zweite Bearb., erster Band, Berlin und Leipzig, 1930, p. 19).

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

Defendendo a tese da unidade do latim no Império Romano, refere-se Meyer-Lübke à Rússia e às vastas regiões da América, onde a extensão do território não serviu de obstáculo à existência de uma língua uniforme: “sehen wir doch heute in Russland oder in Amerika Gegenden mit einheitlicher Sprache, die weit grösser und kaum weniger stark bevölkert sind, als es das spätere Römerreich war.” (*Einführung in das Studium der Romanischen Sprachwissenschaft*, drit, neubearb. Aufl., Heidelberg, 1920, p. 18).

Para Louis H. Gray, é o eslavo que oferece maior homogeneidade linguística dentre todos os grupos da família indo-europeia: “The Slavic group as a whole is more homogeneous and far less differentiated than any other Indo-European linguistic family.” (*Foundations of Language*, New York, 1939, p. 355).

Finalmente, Carlo Tagliavini é também de parecer que, apesar da grande área que cobrem as línguas eslavas, elas são relativamente pouco diferenciadas: “Le lingue slave, pur occupando una zona vastissima, sono relativamente poco differenziate fra loco e la loro separazione dal protoslavo deve essere avvenuta in un’epoca non troppo antica”. (*Introduzione alla Glottologia*, 4. ed., Bologna, 1950, p. 163).

Concluindo, creio haver demonstrado que não estou em falso, quando afirmo que os falares russos apresentam uma certa unidade. Alguns autores, como os dois últimos citados, estendem essa relativa homogeneidade a todo o grupo de línguas eslavas, o que não é propriamente objeto da nossa divergência.

Digo que não estou em falso, porque não acredito que o Prof. Silveira Bueno vá negar autoridade aos eminentes mestres citados, entre os quais se destacam grandes indo-europeístas como Meillet, Brugmann e Delbrück. Se não nega, há de convir comigo que a sua crítica não tem razão de ser.

O capítulo sobre a língua portuguesa no Brasil foi o que mereceu maior número de reparos da parte do Prof. Silveira Bueno. Na opinião de S. Ex^a, pouco há nele que se aproveite: “Todo este capítulo merece mais ampla e mais minuciosa refacção, sobre bases mais linguísticas, com aplicação justamente dos substratos e superstratos aqui encontrados e recebidos.”

Limita-se S. Ex^a aqui, como se vê, a contestações genéricas. Não assinala os pontos em que não assento as minhas observações “sobre ba-

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

ses mais linguísticas”. Será porque não fiz aplicação dos “substratos e superstratos”? Mas que são, na verdade, os elementos indígena e africano, com que início o meu estudo sobre a língua portuguesa no Brasil?

Continuando em sua crítica a este capítulo, diz S. Ex^a: “Não é verdade... que “os termos de procedência tupi, incorporados no léxico, são nomes próprios ou apelidos de pessoas etc.”

Como não é verdade? De onde então procedem *Araci*, *Jaci*, *Jupira*, *Iracema*, *Ubirajara* e outros nomes que lá cito, senão do tupi? Poderá S. Ex^a indicar-me outra procedência para eles?

Se o Prof. Silveira Bueno dissesse que não são aqueles os únicos que vieram da língua aborígine, compreende-se, mas ainda assim estaria fazendo uma crítica sem fundamento, porque lá se acham arrolados também nomes de seres da fauna e da flora, de objetos, de doenças, de crenças etc., como contribuição do tupi-guarani ao nosso léxico.

Para que melhor me informe do legado vocabular do indígena ao português do Brasil, reme-me S. Ex^a para o que publicou no *Jornal de Filologia*, vol. I, fasc. 2, e para o que escreveu nos *Estudos de Filologia Portuguesa*, 2. ed. São Paulo, 1954, vol. I, p. 289. Como o beduíno sequioso por encontrar uma fonte, assim me dirigi eu, pressuroso, para o manancial que S. Ex^a me apontava. Não digo que tivesse uma decepção, mas a verdade é que não deparei lá o que esperava, isto é, a água fresca e cristalina que aplacasse a minha sede de novidade. O que S. Ex^a escreve, no artigo e capítulo mencionados, é, nada mais e nada menos, o que se contém em outros autores que se dedicaram a esse gênero de estudos. Assim, pouco ou nada me aproveitaram as noções que lá dá para orientação de seus alunos.

Acha o Prof. Silveira Bueno muito deficiente o que digo sobre a influência do elemento indígena no português do Brasil: “O que Lima Coutinho aduz é deficientíssimo: falta a fonética, a morfologia, a sintaxe”.

Num compêndio, feito a princípio apenas para os alunos do curso ginasial, não me era lícito desenvolver mais o assunto. Tendo-lhe consagrado vinte e duas páginas, julguei que era o bastante. S. Ex^a, entretanto, reputa “deficientíssimo” o que aduzo. É um modo de ver que respeito.

Ninguém poderá negar que a influência maior do indígena se exerceu no vocabulário. Foi o que assinalai, exemplificando o fato com um bom número de palavras, procedentes daquele idioma. Não particula-

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

rizo influências fonéticas na fala do Brasil, nem sempre fáceis de identificar se são devidas ao indígena ou ao africano, mas aludo a elas na apreciação que faço dos dois elementos. Num simples compêndio escolar, creio que não era preciso mais.

Queria o meu crítico que tratasse também de morfologia e sintaxe. Mas não é opinião de S. Ex^a que “Na parte morfológica, sendo o tupi-guarani língua aglutinante, poucas influências poderia ter exercido no português do Brasil”? (*Estudos de Filologia Portuguesa*, 2. ed. São Paulo, 1954, vol. I, p. 296). Não é ainda S. Ex^a quem diz que “As influências sintáticas são muito mais difíceis e as mais raras em qualquer língua”? (*Ibidem*, p. 298). Ora, se as morfológicas são poucas, como acentua S. Ex^a, menores certamente devem ter sido as sintáticas. Para que então discriminá-las? Cumpre-me advertir ao Prof. Silveira Bueno que não fiz um tratado de filologia, mas uma gramática histórica, para satisfazer o programa ginásial em vigor na época. Por isso, julguei-me dispensado de dar maior desenvolvimento a este capítulo. Ainda hoje, apesar de tudo, e mesmo da crítica de S. Ex^a, não vejo motivo para mudar a minha orientação.

No entender de S. Ex^a, não resiste a uma crítica séria o que digo do elemento afro-negro: “O que disse do elemento africano, baseando-se nos errados livros que circulam entre nós, não resiste a uma crítica de entendidos”.

Sabe o Prof. Silveira Bueno, tão bem quanto eu, que os estudos de africanologia no Brasil são coisa recente. O interesse por eles despertado pode-se dizer que datam de Nina Rodrigues. Talvez seja, por isso, que a nossa bibliografia, relativa ao negro, é ainda tão pobre. No que se refere à língua, então, nem é bom falar!

Ao tratar da influência linguística dos africanos na nossa fala, tive, pois, de cingir-me aos poucos autores que se dedicaram a essa especialidade entre nós, procurando, de seu confronto, extrair aquilo que era aceito pelo consenso da maioria. Não tinha outro recurso. Infelizmente não conhecia naquele tempo, como não conheço ainda hoje, os tais “entendidos” a que S. Ex^a faz menção, a menos que o meu crítico queira incluir-se entre eles, o que para mim constitui novidade. Se assim for, não terei dúvida, daqui para o futuro, em auscultar-lhe a opinião, sempre que tiver de escrever sobre o assunto.

Não concorda o meu crítico em que sejam de procedência africana, ou em que sejam exclusivas do Brasil, muitas palavras que lá cito

como tais:

Neste mesmo (refere-se ao vocabulário), muitas palavras, que são dadas por africanas, vieram através do árabe marroquino e entraram na Península e não são exclusivas do port. do Brasil. Assim, da pequena lista de Coutinho, “Cubango, Carangola, Benguela, tutu, cuca”, já estavam em Portugal. *Aluá* é do árabe africano e *cachaça* nunca foi africana e muito menos tupi. Encontra-se numa cantiga do *Canc. da Vaticana* já do séc. XIII, de formação puramente românica.

Há aqui algumas afirmações de S. Ex^a que estão a merecer reparo. Noto no mestre paulista uma pronunciada inclinação para afirmar as coisas, sem aduzir as necessárias provas. Não aponta nenhuma palavra do árabe marroquino entre as citadas por mim, entretanto, assevera que elas são “muitas”. Cumpria-lhe, pelo menos, indicar-me algumas, o que talvez não fosse difícil, uma vez que os invasores árabes da Península procediam do norte da África

Examinemos, em primeiro lugar, o caso de *aluá* ou *aloá*, como registra Moraes.

Duas etimologias têm sido propostas para esta palavra: o africano *ualua* (Beaurepaire Rohan, *Dicionário de Vocábulos Brasileiros*. Rio de Janeiro, 1889, p. 4) e o árabe *al-haluā* ou *al-halāua* (Mons. Rodolfo Dalgado, *Glossário Luso-Asiático*, Coimbra, 1919-1921, vol. I, p. 28). Digo duas etimologias, porque a hipótese, prevista por Macedo Soares, de uma possível origem tupi *aruá* não encontrou ressonância entre os linguistas patrícios. (Ver *Estudos Lexicográficos do Dialeto Brasileiro*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1943, p. 38, nota 6).

O árabe, segundo Dalgado, teria dado duas formas: *alféloa* e *aluá*, a primeira empregada no português continental e a outra no oriental. A identidade de forma – *aluá* no Oriente e *aluá* no Brasil – faz supor que de lá proveio a palavra. Convém assinalar, todavia, que esse étimo apresenta uma dificuldade de ordem semântica. É que *aluá*, no português oriental, é um “doce feito de leite, açúcar, amêndoas pisadas e manteiga” (Índia) ou ainda “doce de coco ralado, *jagra*, castanhas de caju e gergelim” (Goa); no Brasil, como se sabe, é uma bebida muito apreciada em certas regiões. O sentido que tem *aluá* entre nós mais se ajusta ao do vocábulo da língua *ualua*, “espécie de cerveja feita de milho e outros ingredientes”. Aparentado com ele, segundo penso, é o castelhano *aloja*, que Fernando Ortiz registra com o sentido de “bebida refrescante compuesta de agua, miel y especias”. Deriva-o o africanólogo cubano da raiz *loha*, *loja* ou *Iwha*, que diz ser “general en los lenguajes bantúes” (Ver *Glossário de*

Afronegrismos, Habana, 1924, p. 24).

Em conclusão, se *aluá* não provém diretamente da forma africana *ualua*, introduzida pelos negros no Brasil, é provável se trate de vocábulo trazido do Oriente pelos portugueses e que aqui sofreu a influência semântica de seu concorrente africano. Mas, poderá objetar-me S. Ex^a: não se terá originado do árabe a forma afro-negra? Respondo que até lá não chegam os meus conhecimentos. Alguns afirmam que sim. S. Ex^a, que fala em árabe africano, deve ter elementos para esclarecer este ponto.

Como africana, é que consignam a palavra Néelson de Sena (*Revista de Língua Portuguesa*, vol. XII, 1921, p. 160); Beaurepaire Rohan (*Dicionário de Vocábulos Brasileiros*, Rio de Janeiro, 1889, p. 4); João Ribeiro (*Dicionário Gramatical*, Rio de Janeiro, 1889, p. 310); Carlos Teschauer (*Novo Dicionário Nacional*, Porto Alegre, 1928, p. 46); e Jacques Raimundo (*O Elemento Afro-Negro na Língua Portuguesa*, Rio de Janeiro, 1933, p. 100).

A propósito de *cachaça* muito se tem dito e escrito, o que se justifica por ser ela bebida muito apreciada no Brasil. José Calasans publicou uma interessante monografia, intitulada *Cachaça, Moça Branca*, em que mostra a grande riqueza de sinonímia a que ela deu origem entre nós. As suas virtudes, por vezes contraditórias, são proclamadas em inúmeras quadrinhas que enriquecem a poesias popular brasileira. O largo emprego que tem a palavra no Brasil explica, de certo modo, que Caldas Aulete a considere um brasileirismo. (*Dicionário Contemporâneo da Língua Portuguesa*. Lisboa, t. I, p. 257).

Concorreu para roborar a convicção de sua origem africana o uso imoderado que da *cachaça* faziam outrora os escravos e ainda hoje fazem os negros, em nossa terra. Em suas festas, pode faltar tudo, menos a “branquinha”. Dessa convicção participa Eugênio de Castro que, descrevendo hipoteticamente um dia de festa entre os nossos negros, não se esqueceu de mencionar, no rol das palavras que julgava de origem africana, justamente *aluá* e *cachaça*:

No terreiro beirando as senzalas, em dia de festa, fartando-se os negros e as negras de *aluá*, *cachaça* e quimbembé, ao som do berimbau ou da banza, do agê ou batucagé, do bambulá ou do afofiê, acompanhados do rapear das macumbas, do rufar da puíta, do ronco dos bombos, do ressoar do urucungo e do canzá, do campanular dos adjás e agogôs, se entregariam às suas danças características: caxambus, congadas, lundus, sambas; cambaquerês, jequedês; alujás, bendenguês ou jongos...” (*Ensaio de Geografia Linguística*. 2. ed. São Paulo: Brasileira, 1941, p. 200).

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

Reconheço que *cachaça* é antigo termo português. Diz-me o meu crítico que ela já figura no *Cancioneiro da Vaticana*, sem indicar o passo. Lá se acha, com efeito, numa cantiga de Pero da Ponte, sob o n. 1.188, na edição de Ernesto Monaci (*Il Canzoniere Portoghese della Biblioteca Vaticana*, Halle, 1875, p. 416). Na edição de Teófilo Braga, figura à página 228. Também se encontra numa lista de palavras, citadas por Duarte Nunes de Leão, entre as que os portugueses “não tomaram de outras gentes.” (Ver *Origem da Língua Portuguesa*, nova Ed. Lisboa, 1864, p. 62). Tenho dúvida, entretanto, em admitir que se trate do mesmo vocábulo que aqui se usa.

Vejamos a cantiga:

Aos mouros que aqui son
don Alvaro rem non lhís dá,
mays manda-lhís filhar raçon
da cachaça e dar-lhís-a
d'al que na cozin'h'ouver;
mays o mouro que mi creer
a *cachaça* non filhará.

Mays se lh'a deren logu'enton
aos cães a deytará,
e direy-vos por qual razon,
ca nunca xe lhi cozerá;
e a *cachaça* non a mester
poys que sse non cozer
a quanta lenha no mund'a.

Nen os mouros a meu cuydar
poyl-a vyren non a querram,
mays se a quiseren filhar
direy-vos como lhi faran:
hyla-an logo remolhar,
ea assy soen adubar
a *cachaça* quando lh'a dam.

(Teófilo Braga, *Cancioneiro Português da Vaticana*. Lisboa, 1878, p. 228)

A leitura atenta da poesia parece-me não autorizar que se tome aí a palavra *cachaça* no sentido de bebida, não a nossa, já se vê, mas mesmo aquela que Morais consigna como “vinho das borras”. (Ver *Dicionário da Língua Portuguesa*, ed. facs. Rio de Janeiro, 1922, vol. I, p. 315). Creio tratar-se de alguma iguaria, que talvez se possa identificar com a carne de porco, ou melhor de porca.

No glossário que apensou à sua edição do *Cancioneiro*, Teófilo

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

Braga registra *cachaça* como “porca por castrar”. Seria, neste caso, a fêmea do *cachaço*, ou seja, do varrão, do porco de reprodução, sentido que é ainda conservado no Brasil. Deve estar aí a chave para a explicação daquele emprego. Resta agora saber se a palavra foi outrora usada em Portugal. Os antigos dicionaristas portugueses não consignam o vocábulo com essa significação. Cândido de Figueiredo, entretanto, afirma que *cachaço*, na acepção de porco, já foi empregado, em Portugal, e que não é um brasileirismo, como quer Macedo Soares: “*Cachaço*, no sentido de porco cevado, é considerado *brasileirismo* pelo dicionário de Macedo Soares; e contudo, em Portugal, o termo devia ser usado antigamente, e dele se serviu Vasco Mousinho de Quevedo, no seu *Afonso Africano*.” (*Novas Reflexões sobre a Língua Portuguesa*, Lisboa, 1923, p. 87).

Admitida esta acepção para o vocábulo, já não haverá mais dificuldade para interpretar algumas frases ou expressões do texto da cantiga que, de outro modo, não se entenderiam, tais como: “aos cães a deytará”, “ca nunca xe lhi cozerá”, “hyla-an logo remolhar”, “ca assy soen adubar” etc.

Consultando as minhas notas, descobri que Sá de Miranda também o empregou, numa carta que escreveu ao seu amigo do Basto, como se pode ver na quintilha que aqui transcrevo:

Ali não mordía a graça,
eram iguais os juízes,
não vinha nada da praça,
ali da vossa *cachaça*,
ali das vossas perdizes.

(*Obras Completas*. Lisboa: Sá da Costa, 1937, vol. II, p. 86)

Será que aqui se poderá dar a interpretação de “vinho das borras”? Não me parece, antes me inclino a crer que se trata da mesma palavra da poesia há pouco citada. Registrando a forma *cachaça*, diz Domingos Vieira que Sá de Miranda a usou, mas depreende-se que tem dúvida acerca de sua significação. (Ver *Grande Dicionário Português* ou *Tesouro da Língua Portuguesa*, Porto, 1871-1874, vol. II, p. 18). A prova é que registra o sentido dado por Morais, antepondo-lhe prudentemente um ponto de interrogação. Diante da dificuldade em fixar o sentido exato da palavra que ocorre nos antigos textos portugueses, manda a prudência que se suspenda, até mais ver, qualquer juízo tendente a identificá-la com a forma corrente no Brasil. Digo isso, porque não aceito os passos de mágica, segundo os quais alguns autores pretendem explicar a passagem de

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

cachaça (porca) à *cachaça* (bebida). Para esses tais, *cachaça* seria a porca velha, de carne rija. Para torná-la mole, era mister adicionar-lhe álcool. Vai daí tomar o álcool o nome de *cachaça*. Convenhamos que, em matéria de humorismo, a explicação não é má. Só resta saber é se alguém, depois disso, teria coragem para tomar a tal *cachaça*...

Diz o meu crítico que *cachaça* (bebida) é de formação românica. Assim, de feito, parece, mas onde a prova? A palavra de S. Ex^a me merece crédito, contudo, em assuntos da natureza do que estamos discutindo, peço vênha para não levar em consideração o *magister dixit*. O que se quer, antes de tudo, são provas: *res non verba*...

A origem do nosso vocabulário não é tão fácil como se lhe afigura. Não chegaram os dicionaristas a um acordo sobre o seu étimo. Assim é que Adolfo Coelho o consigna, sem lhe dizer a procedência. Cortesão e Cândido de Figueiredo dão-no como derivado do castelhano, mas o *Diccionario de la Lengua Castellana* da Academia Espanhola não indica para ele nenhuma etimologia. Antenor Nascentes diz que lhe corresponde o espanhol *cachaza*, mas parece não repudiar a origem africana, porque cita a opinião de Maximino Maciel e Amadeu Amaral. Como se vê, excluída a procedência africana, nada há de positivo acerca do étimo de *cachaça*, bebida.

A origem afro-negra, no entanto, foi admitida por Maximino Maciel (*Gramática Descritiva*, 7. ed. Rio de Janeiro, 1918, p. 244); Amadeu Amaral (*O Dialeto Caipira*, São Paulo, 1920, p. 43); Néelson de Sena (*Revista de Língua Portuguesa*, Rio de Janeiro, nº 12, 1921, p. 160); Renato Mendonça (*A Influência Africana no Português do Brasil*, Rio de Janeiro, 1933, p. 90); Dante de Laytano (*Os Africanismos do Dialeto Gaúcho, Separata da "Revista do Instituto Histórico e Geográfico" do Rio Grande do Sul*, Porto Alegre, 1936, p. 12); e Jacques Raimundo (*O Elemento Afro-Negro na Língua Portuguesa*, Rio de Janeiro, 1933, p. 93; *O Negro Brasileiro*, Rio de Janeiro, 1936, p. 49).

Referindo-me ao dialeto caipira, cito algumas formas nele correntes, para demonstrar que elas denunciam a influência das línguas indígena e africana, com que o português esteve em contato no Brasil. A isso se opõe o meu crítico, dizendo: “Todos os exemplos do n. 581... são formas dialetais encontráveis em Portugal.”

No rodapé da página 339 dos meus *Pontos*, em que apresento esses exemplos, chamo a atenção do leitor para o fato de que algumas das formas mencionadas vieram para cá no tempo da colonização: “Algumas

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

destas formas, todavia, que têm sido consideradas modificações decorrentes da ação *afro-indiana* sobre a língua, foram importadas, na época da colonização, do português lusitano.”

Sai-me agora pela frente o Prof. Silveira Bueno e arrojadamente afirma que todas as formas, lá citadas, todas sem exceção, aparecem em dialetos de Portugal. Pois bem. Quero que S. Ex^a me aponte, na área continental do português ultramarino, *fulô, ioiô, iaiá, nhonhô, nghanhá, sinhô, sinhá* etc. Aponte-me, e não terei dúvida em estender a mão à palmatória. Enquanto não me provar que elas lá existem de fato, continuarei firme na minha opinião.

Não se pode negar que haja casos de suarabáctis, aféreses, apóopes, sínopes etc., em algumas falas atuais do português europeu. Não se segue daí que todos os fenômenos fonéticos semelhantes que as palavras aqui apresentem devam ser tidos como sobrevivências. Às vezes, são fatos paralelos ou independentes. Por cárem o *-r* e o *-l* em certas falas do português lusitânico, estaremos nós obrigados a reconhecer que formas como *falá, coroné* etc., tão radicadas no dialeto sertanejo do Brasil, tenham o seu cordão umbilical preso à linguagem de uma aldeia portuguesa? A aceitar esta conclusão, está S. Ex^a contrariando a tese que defende, de que em *muié* houve interferência indígena. Como indígena, argumento eu, se num inquérito linguístico a que procedeu Paiva Boléo, em Portugal e ilhas, descobriu o mesmo fenômeno na fala da povoação de Arrifes (Açores)? (Ver *Brasileirismos*, Coimbra, 1943, p. 27). Lá, como aqui, se pronuncia *orvaio, oveia, fio* etc. Logo, a modificação do *lhe* em *y*, ou seja, o *ieísmo* do nosso caboclo não deve ser atribuído ao índio, mas é um açorianismo conservado entre nós. Aceita S. Ex^a esta conclusão?

Os mesmos fenômenos linguísticos podem, às vezes, verificar-se em domínios diferentes onde se fala uma língua, sem que haja ligação entre eles. Por isso, merecem meditadas as palavras de Rufino José Cuervo, que aqui transcrevo, como advertência aos linguistas precipitados:

La atenuación de la *s* es fenómeno que se ha observado en épocas y en lenguas muy diversas, y cuyas causas son discutibles, pues mientras que semeya espontánea en unas partes, en otras se le atribuyen influencias étnicas. Por lo mismo no cabe afirmar que haya conexión entre hechos parecidos ó idénticos que existan en partes distantes de un mismo dominio lingüístico, en Andalucía, digamos, y en Chile ó Colombia. (*Apuntaciones Críticas sobre el Lenguaje Bogotano*, 6. ed. Paris, 1914, p. 552).

Diz S. Ex^a que *Cubango, Carangola, Benguela, tutu e zumbi* já estavam em Portugal. Os três primeiros, a que alude, já eram conhecidos no

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

português europeu, não há negar, mas como nomes africanos, e não como topônimos do português continental. Com efeito, qual a província, cidade, aldeia, bairro, rio etc., de Portugal que trazem aqueles nomes? No Brasil, eles se acham incorporados à nossa corografia, onde *Cubango* é um bairro de Niterói; *Carangola*, uma cidade do estado de Minas; *Benguela*, um rio do município de Mangaratiba (estado do Rio).

No que respeita a *tutu* e *zumbi*, convém assinalar que Cândido de Figueiredo os registra como brasileirismos e apõe-lhes um asterisco para indicar que eles não foram relacionados por nenhum dicionarista antes dele. Como se explica então que, existindo tais formas no português de lá, não tenham sido incluídas nos dicionários anteriores? E mais, que Cândido de Figueiredo, tão conhecedor das falas de sua terra, os cite como peculiares ao Brasil? Não lhe parece isso estranho, Prof. Silveira Bueno?

Quase ao finalizar a sua crítica, aconselha-me S. Ex^a que não devo “confiar nos escritos de J. Raimundo, errados desde a base”.

Não tenho procuração de meu velho amigo e colega no Instituto de Educação do Distrito Federal para o defender de um ataque que reputo injusto. Discordo frontalmente de S. Ex^a e devo acrescentar que não estou sozinho. Quer uma prova? Limitar-me-ei a repelir o que disseram respectivamente da pessoa daquele professor e sua obra dois grandes estudiosos da língua portuguesa no Brasil: Joaquim Ribeiro e Gladstone Chaves de Melo. Falando acerca do autor do *Elemento Afro-Negro na Língua Portuguesa*, assim se externa Joaquim Ribeiro: “A história da penetração dos afronegrismos no português constitui um problema dificultoso, e, nem mesmo Jacques Raimundo, que, com esta obra, se tornou a maior autoridade no assunto...” (*O Elemento Negro* de João Ribeiro, Apêndice. Rio de Janeiro, p. 161). Exalta Gladstone Chaves de Melo a obra de nosso africanólogo, considerando-a a melhor no assunto: “Dos trabalhos até agora publicados, é sem dúvida o de Jacques Raimundo o melhor (*O Elemento Afro-Negro na Língua Portuguesa*, Rio de Janeiro, 1933)...” (*A Língua do Brasil*, Rio de Janeiro, 1946, p. 59).

Creio haver respondido aos pontos principais da crítica que me fez o Prof. Silveira Bueno. Como é fácil concluir, não aceito a maioria de seus reparos, mas a verdade é que alguns me foram sumamente úteis, porque me obrigaram a reexaminar os assuntos com mais atenção.

Em retribuição ao seu procedimento comigo, procurei ser urbano com S. Ex^a: Tive a preocupação de não o magoar em nenhum passo de

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

minha resposta. A verdade tem em si mesma força bastante para levar a convicção aos espíritos. Não são necessários outros expedientes. Se uma ou outra expressão me saíram mais fortes, creia-me S. Ex^a que as deve atribuir antes ao estado de ânimo de quem julga um dever inalienável a defesa do patrimônio de suas ideais, do que ao propósito deliberado de molestar ou atingir, mesmo de leve, a pessoa do crítico.

As polêmicas entre nós, infelizmente, quase sempre descambam para o terreno das descomposturas e das retaliações pessoais. Como se dizer desaforos e atassalhar a honra alheia fossem argumentos capazes de dispor alguém a aceitar uma tese ou ponto de vista!... Educadores, cumpre-nos ser serenos, e não, oferecer à mocidade o espetáculo degradante de paixões recalcadas. Combatamos os erros, se é que os há, mas amemos, acima de tudo, os homens, consoante o conselho de Santo Agostinho: *Diligite homines, sed interficite errores...*

ISMAEL DE LIMA COUTINHO